



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Do Senhor Deputado Delegado Ramagem)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a solicitação para que a **FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNS)** informe a qualificação pessoal exata, por meio de remessa de documentos, contendo o nome completo, a força a qual pertencem, a matrícula, o cargo/função, a lotação, o endereço residencial, o e mail e o telefone de todos os Diretores, Coordenadores e agentes envolvidos na programação, na coordenação, na seleção, na mobilização do efetivo e na execução em terreno das operações realizadas nos dias 7 e 8 de janeiro de 2023 em Brasília, especialmente na praça dos três poderes e na salvaguarda dos prédios públicos federais.

Senhor Presidente,

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) por força do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, **requero** o envio — pela FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNS) — de informações sobre a qualificação pessoal exata, por meio de remessa de documentos, contendo o nome completo, a força a qual pertencem, a matrícula, o cargo/função, a lotação, o endereço residencial, o e mail e o telefone de todos os Diretores, Coordenadores e agentes envolvidos na programação, na coordenação, na seleção, na mobilização do efetivo e na execução em terreno das operações realizadas nos dias 7 e 8 de janeiro de 2023 em Brasília, especialmente na praça dos três poderes e na salvaguarda dos prédios públicos federais, **levando em conta as informações prestadas a esta CPMI, em 30/06/2023, pelo Sr. Lucas**





Monteiro Liausu Cavalcanti, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem como objetivo investigar os atos de ação e de omissão ocorridos no último dia 8 de janeiro nas Sedes dos Três Poderes da República, nesta Capital Federal.

Como é de conhecimento público, as condutas praticadas atentaram contra as **sedes dos três poderes**, assim como o patrimônio público e cultural que estava exposto nos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

A CPMI deve desvendar e obter informações a respeito das circunstâncias dos crimes cometidos, ou seja, materializar elementos de prova e procurar descobrir quem são os responsáveis pelos atos que resultaram na destruição/deterioração do patrimônio público (seja por ação, seja por omissão). Além disso, não se pode esquecer que o relatório final também poderá sugerir propostas legislativas pertinentes.

Nesse contexto, considerando que os dados já apurados por instituições Oficiais do Estado instrumentalizarão a investigação e garantirão a **máxima efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela presente CPMI**, solicito que seja requerido à FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA (FNS) o envio de informações sobre a qualificação pessoal exata, por meio de remessa de documentos, contendo o nome completo, a força a qual pertence, a matrícula, o cargo/função, a lotação, o endereço residencial, o e mail e o telefone de todos os Diretores, Coordenadores e Agentes envolvidos na programação, na coordenação, na seleção, na mobilização do efetivo e na execução em terreno das operações realizadas nos dias 7 e 8 de janeiro de 2023 em Brasília, especialmente na praça dos três poderes e na salvaguarda dos prédios públicos federais, **levando em conta as informações prestadas a esta**





CPMI, em 30/06/2023, pelo Sr. Lucas Monteiro Liausu Cavalcanti, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O exame dos elementos de informação compartilhados, num esforço conjunto de todos os integrantes dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, possibilitará o alcance bem-sucedido dos objetivos desta investigação, de modo a viabilizar a responsabilização civil ou criminal dos infratores, além de permitir a elaboração de estudos/proposições legislativas que venham a aperfeiçoar as ações, as atividades e as operações executadas por entes, órgãos e agentes públicos.

Sala das Comissões, em de 2023.

DELEGADO RAMAGEM
Deputado Federal
PL-RJ

